



SUMÁRIO

1

AGENTES PÚBLICOS.....	15
1.1. Objeto do Direito de Pessoal	15
1.2. Agentes Públicos	17
1.2.1. Classificação	17
1.2.2. O Procurador do Estado é um agente político ou um servidor público?	20

2

SERVIDORES PÚBLICOS	23
2.1. O significado da expressão servidor público.....	23
2.2. Servidores estatutários.....	23
2.3. Empregados públicos.....	24
2.3.1. Quem são os empregados públicos?	24
2.3.2. Exigência de concurso público	25
2.3.3. Impossibilidade de acumulação indevida de empregos públicos.....	25
2.3.4. Justiça Competente.....	25
2.4. Servidores temporários	26

3

CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO	33
3.1. Conceitos de cargo, emprego e função	33
3.1.1. Cargo	33
3.1.2. Função pública.....	35
3.1.3. Emprego público.....	35

3.2.	O desvio de função.....	37
3.3.	Nepotismo.....	37
3.4.	Ativismo Judicial e Nepotismo.....	39

4

REGIMES JURÍDICOS FUNCIONAIS	41
4.1. Regimes Jurídicos.....	41
4.2. O regime jurídico único	42
4.3. Regime jurídico especial	44

5

ACESSIBILIDADE E CONCURSO PÚBLICO	49
5.1. Definição de Acessibilidade	49
5.2. Requisitos de Acessibilidade.....	50
5.3. Restrições a Pessoas com Tatuagem	52
5.4. Acessibilidade de Pessoas com Deficiência.....	53
5.5. Concurso Público.....	55
5.5.1. Significado da expressão	55
5.5.2. Inexigibilidade	56
5.5.3. Regulamento do Concurso no Estado de São Paulo.....	57
5.6. Nomeação do candidato aprovado: mera expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação?	58
5.7. Provimento e Investidura	60
5.8. Posse e Exercício	63
5.8.1. Posse.....	63
5.8.2. Exercício	65
5.9. Exercício de fato	65
5.10. Vacância.....	67

6

ESTÁGIO PROBATÓRIO E ESTABILIDADE	69
6.1. Estágio Probatório.....	69
6.2. Estabilidade e Efetividade	70
6.2.1. Definição.....	70

6.2.2.	Requisitos	71
6.2.3.	Efeitos conexos da estabilidade.....	73
6.2.4.	Desligamento em razão de contenção de despesas	74
6.2.5.	Limites Consequentes da Emenda Constitucional nº 95/2016.....	75
6.2.6.	Perda do cargo do servidor público estável em virtude de Avaliação Especial de Desempenho	75
6.2.7.	A decisão administrativa de não aprovação do servidor proferida em data posterior ao fim do estágio probatório.	76
6.2.8.	O empregado público e a estabilidade	78

7

DIREITOS E DEVERES	81
7.1. Direitos	81
7.2. Férias, licenças e afastamentos	81
7.3. Direito de Greve	83
7.3.1. Regência do tema.....	83
7.3.2. Desconto dos Dias Parados.....	86
7.4. Deveres e Proibições	87
7.5. Contagem de Tempo de Serviço	91

8

SISTEMA REMUNERATÓRIO	93
8.1. Sistemas remuneratórios	93
8.2. Regime de Subsídios	94
8.3. A remuneração do servidor	94

9

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....		97
9.1.	Razões históricas da proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	97
9.2.	Não incidência da <i>teoria do fato consumado</i>	98
9.3.	Proibição da acumulação tripla	99

9.4. Acumulação admitida	99
9.5. Extensão da vedação aos aposentados.....	100
9.6. Acumulação das remunerações e não submissão ao teto constitucional.....	100
9.7. Limitação à quantidade de horas na cumulação admitida	101
9.8. A acumulação e o Estatuto Paulista	102

10

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS.....	105
10.1. Responsabilidade civil dos agentes públicos	105
10.1.1. Dever de ressarcimento	105
10.1.2. Reconhecimento da responsabilidade na via administrativa e a possibilidade de desconto em folha de pagamento	106
10.2. Apuração Preliminar.....	108
10.3. Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.....	109
10.3.1. Sistema misto ou de jurisdicionalização moderada.....	109
10.3.2. Processo e Sindicância no Estado de São Paulo	110
10.3.3. Atos praticados no PAD e na Sindicância	111
10.4. Infrações e sanções disciplinares.....	114
10.5. Ponderação da Sanção Aplicável	115
10.6. Competência para Aplicação das Sanções Disciplinares	117
10.7. Extinção da punibilidade pela Prescrição	118
10.8. A atuação de Advogado para a defesa do agente: obrigatoriedade na lei paulista	120
10.9. Independência de instâncias.....	121
10.10. Recurso Administrativo	121
10.11. Pedido de Revisão	122

11

O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.	123
---	------------

12

MILITARES ESTADUAIS. REGIME JURÍDICO.....	125
12.1. Definição dos Militares.....	125

12.2. Os Militares Estaduais	125
12.4. Consultoria Jurídica da Polícia Militar do Estado de São Paulo...	127
12.5. Competência da Justiça Militar e Exclusão da Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para a discussão sobre as sanções disciplinares.....	127

13

O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA DO ESTADO.....	129
13.1. Fundamento constitucional	129
13.2. Leis de Regência da Carreira	131
13.3. Constituição do Estado de São Paulo	131
13.3.1. Função Essencial à Justiça	131
13.3.2. Alusão à Lei Orgânica.....	132
13.3.3. Ingresso dos procuradores	132
13.3.4. Estabilidade	132
13.3.5. Funções institucionais.....	133
13.3.6. O Procurador Geral do Estado	133
13.3.7. Vinculação à orientação jurídica	134
13.3.8. Poder de requisição	134
13.4. Dedicção Exclusiva dos Procuradores do Estado de São Paulo	134
13.5. Prerrogativas	136
13.6. Deveres do Procurador do Estado	137
13.7. Impedimento e suspeição do Procurador do Estado	139
13.8. O descabimento da prisão civil do Procurador do Estado como medida coercitiva	142
13.9. Das súmulas elaboradas pela Comissão Nacional da Advocacia Pública	147
13.10. Pontos Relevantes da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.	149

14

AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS EM FACE DOS SERVIDORES...	155
14.1. Introdução.....	155
14.2. Improbidade Administrativa	155

14.2.1. Do Direito Processual Coletivo	155
14.2.2. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	156
14.2.3. Direitos essencialmente e acidentalmente coletivos	157
14.2.4. Legitimidade	157
14.2.5. Procedimento Administrativo	158
14.2.6. Procedimento judicial.....	158
14.2.7. Sequestro e Arresto de Bens.....	159
14.2.8. Afastamento Provisório	160
14.2.9. Indisponibilidade de Bens	160
14.3. Ação Popular.....	161
14.3.1. Definição.....	161
14.3.2. Legitimação para a propositura da ação popular	161
14.3.3. Polo passivo	162
14.4. Mandado de segurança.....	163
14.4.1. Prazo Decadencial	163
14.4.2. Legitimidade Ativa	163
14.4.3. O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade	164
14.4.4. Vedação da utilização do mandado de segurança.....	164
14.4.5. Mandado de Segurança Coletivo.....	164
BIBLIOGRAFIA	167